COM BASE NO EDITAL Nº 001/2026-CMC, DE 26 DE OUTUBRO DE 2026

apostilas opção

CÂMARA DE CUIABÁ-MT

CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ - MATO GROSSO

TÉCNICO LEGISLATIVO



- Língua Portuguesa
- Raciocínio Lógico e Matemático
- Noções de Informática
- História e Geografia de Mato Grosso
- Noções de Ética e Filosofia
- Relações Interpessoais
- Conhecimentos Específicos

CONTEÚDO DIGITAL

- Legislação

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- Questões gabaritadas.
- Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Adquira aqui sua apostila completa

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

CUIABÁ-MT

CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ - MATO GROSSO - MT

TÉCNICO LEGISLATIVO

EDITAL Nº 001/2026-CMC, DE 26 DE OUTUBRO DE 2026

CÓD: OP-157OT-26
7901204405017

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de textos de variados gêneros discursivos 9
2. As condições de produção de um texto e as marcas composicionais de gêneros textuais diversos 10
3. Linguagem e adequação social 11
4. Variedades linguísticas e seus determinantes sociais, regionais, históricos e individuais 13
5. Registros formal e informal da linguagem 14
6. Aspectos linguísticos na construção do texto: Fonética 17
7. Prosódia 18
8. Ortografia 19
9. Morfologia: formação, classificação e flexão das palavras; , emprego de nomes, pronomes, conjunções, advérbios, modos e tempos verbais 19
10. Sintaxe: concordâncias verbal e nominal 27
11. Regências verbal e nominal 29
12. Colocação pronominal 30
13. Semântica: polissemia, paronímia, homonímia, denotação e conotação 32
14. Textualidade: coesão, coerência, intertextualidade 33
15. Argumentação 34
16. Pontuação 35
17. Tipos de discurso: direto e indireto 36

Raciocínio Lógico e Matemático

1. Operações com conjuntos 45
2. Raciocínio lógico numérico: problemas envolvendo operações com números reais e raciocínio sequencial 47
3. Conceito de proposição: valores lógicos das proposições. Conectivos e negação 56
4. Argumentação lógica e diagramas lógicos; Quantificadores universal e existencial 60
5. Equivalências e implicações lógicas 68
6. Problemas de contagem: princípios aditivo e multiplicativo 70

Noções de Informática

1. Microinformática: Conceitos, Hardware, Software, Dispositivos De Entrada, Saída E Armazenamento 75
2. Sistemas Operacionais: Conceitos, Recursos E Uso Do Windows 10 E 11 E De Distribuições Linux 77
3. Pacotes De Escritório: Microsoft Office/Microsoft 365 (Word, Excel E Powerpoint) E Libreoffice 7 Ou Superior (Writer, Calc E Impress): Conceitos, Recursos, Atalhos De Teclado E Uso 86
4. Redes De Computadores E Internet: Conceitos, Protocolos, Arquitetura Tcp/Ip, Navegadores (Microsoft Edge, Mozilla Firefox E Google Chrome), Correio Eletrônico E Ferramentas De Colaboração 128
5. Computação Em Nuvem, Armazenamento E Serviços Online 141
6. Redes Sociais E Comunicação Digital 154
7. Segurança Da Informação: Conceitos, Ameaças (Vírus, Malware, Phishing E Engenharia Social), Backup, Firewall, Antivírus E Autenticação Em Dois Fatores 155
8. Noções Da Lei Nº 13.709/2018 (Lei Geral De Proteção De Dados Pessoais) 163

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

História e Geografia de Mato Grosso

1. História E Geografia De Mato Grosso História De Mato Grosso: Período Colonial Os Bandeirantes: Escravidão Indígena E Exploração Do Ouro; A Fundação De Cuiabá: Tensões Políticas Entre Os Fundadores E A Administração Colonial; A Fundação De Vila Bela Da Santíssima Trindade E A Criação Da Capitania De Mato Grosso; A Escravidão Negra Em Mato Grosso. Período Imperial 181
2. Período Imperial A Crise Da Mineração E As Alternativas Econômicas Da Província. A Rusga; Os Quilombos Em Mato Grosso. Os Presidentes De Província E Suas Realizações. A Guerra Da Tríplice Aliança Contra O Paraguai E A Participação De Mato Grosso. A Economia De Mato Grosso Após A Guerra Da Tríplice Aliança Contra O Paraguai. O Fim Do Império Em Mato Grosso 185
3. Período Republicano O Coronelismo Em Mato Grosso. Economia De Mato Grosso Na Primeira República: Usinas De Açúcar E Criação De Gado. Relações De Trabalho Em Mato Grosso Na Primeira República. Mato Grosso Durante A Era Vargas: Política E Economia. Política Fundiária E As Tensões Sociais No Campo. Os Governadores Estaduais E Suas Realizações..... 189
4. Tópicos Relevantes E Atuais De Política, Economia, Sociedade, Educação, Tecnologia, Energia, Relações Internacionais, Desenvolvimento Sustentável, Segurança, Ecologia E Suas Vinculações Históricas..... 193
5. Geografia De Mato Grosso: Mato Grosso E A Região Centro-Oeste. Geopolítica De Mato Grosso. Ocupação Do Território. Aspectos Físicos E Domínios Naturais Do Espaço Mato-Grossense. Aspectos Político-Administrativos. Aspectos Socioeconômicos De Mato Grosso. Formação Étnica. Programas Governamentais E Fronteira Agrícola Mato-Grossense. A Economia Do Estado No Contexto Nacional. A Urbanização Do Estado 194

Noções de Ética e Filosofia

1. Fundamentos Da Filosofia 203
2. Filosofia Moral: Ética Ou Filosofia Moral 207
3. Consciência Crítica E Filosofia 211
4. A Relação Entre Os Valores Éticos Ou Morais E A Cultura..... 215
5. Juízos De Fato Ou De Realidade E Juízos De Valor 219
6. Ética E Cidadania..... 223
7. Racionalismo Ético 227
8. Ética E Liberdade..... 231

Relações Interpessoais

1. Relações Humanas/Interpessoal..... 241
2. Comunicação Interpessoal..... 245
3. Característica De Um Bom Atendimento 245
4. Postura Profissional 248
5. Integração 249
6. Empatia..... 253
7. Capacidade De Ouvir 257
8. Argumentação Flexível..... 258

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Conhecimentos Específicos
Técnico Legislativo

1. Estado, Governo E Administração Pública: Conceitos, Elementos, Organização E Princípios Da Administração Pública 265
2. Organização Administrativa Do Estado: Administração Direta E Indireta; Órgãos Públicos 267
3. Agentes Públicos: Cargo, Emprego E Função Pública 271
4. Noções De Direito Administrativo: Princípios Administrativos 275
5. Poderes Administrativos 279
6. Atos Administrativos (Conceito, Requisitos, Atributos E Espécies) 282
7. Controle Da Administração Pública: Controle Administrativo, Legislativo E Judicial 285
8. Responsabilidade Civil Da Administração Pública 287
9. Direitos E Garantias Fundamentais: Direitos E Deveres Individuais E Coletivos; Direitos Sociais; Cidadania; Administração Pública (Arts. 37 A 41 Da Constituição Federal) 290
10. 6.Organização E Funcionamento Do Poder Legislativo Municipal: Câmara Municipal; Mesa Diretora; Plenário; Comissões Permanentes E Temporárias; Processo Legislativo E Técnica Legislativa 302
11. Redação Oficial: Comunicações Oficiais, Ofícios, Memorandos, Requerimentos, Atas, Sinopses, Relatórios E Correspondências Administrativas; Redação Oficial 302
12. Arquivologia: Protocolo, Classificação, Organização, Guarda, Conservação E Arquivamento De Documentos 311
13. Atendimento Ao Público, Recepção E Relações Interpessoais No Ambiente De Trabalho 317
14. Noções De Contabilidade Aplicada Ao Setor Público: Receita, Despesa E Orçamento Público 323
15. Noções De Higiene E Segurança Do Trabalho 326
16. Noções De Fotografia Aplicada Às Atividades Institucionais 327

Conteúdo Digital
Legislação

1. Lei Orgânica Do Município De Cuiabá-Mt 3
2. Regimento Interno Da Câmara Municipal De Cuiabá (Resolução Nº 08, De 15 De Dezembro De 2016) 34
3. Lei Complementar Nº 93, De 23 De Junho De 2003 (Estatuto Dos Servidores) 71
4. Lei Complementar Nº 235, De 3 De Junho De 2011 (Plano De Cargos, Carreiras E Vencimentos Da Câmara Municipal), Com As Alterações Da Lei Complementar Nº 609/2026 94

Conteúdo Digital

▪ Para estudar o Conteúdo Digital acesse sua "Área do Cliente" em nosso site, ou siga os passos indicados na página 2 para acessar seu bônus.

https://www.apostilasopcao.com.br/customer/account/login/

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE VARIADOS GÊNEROS DISCURSIVOS

▸ Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

▸ Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

▸ Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



"A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas."

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa ***incorreta***.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) *"Educação para todos"* inclui também os deficientes.

Resolução:

Em "A" – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em "B" – Certo: o complemento "mais ou menos severas" se refere à "deficiências de toda ordem", não às leis.

Em "C" – Errado: o advérbio "também", nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em "D" – Errado: além de mencionar "deficiências de toda ordem", o texto destaca que podem ser "permanentes ou temporárias".

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Em "E" – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DE UM TEXTO E AS MARCAS COMPOSICIONAIS DE GÊNEROS TEXTUAIS DIVERSOS

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

- **Tipos textuais**

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

- **Gêneros textuais**

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

OPERAÇÕES COM CONJUNTOS

Um conjunto é uma coleção de objetos, chamados elementos, que possuem uma propriedade comum ou que satisfazem determinada condição.

- **Representação de um conjunto**

Podemos representar um conjunto de várias maneiras.

▪ **Atenção:** Indicamos os conjuntos utilizando as letras maiúsculas e os elementos desses conjuntos por letras minúsculas.

Vejamos:

▪ **1)** os elementos do conjunto são colocados entre chaves separados por vírgula, ou ponto e vírgula.

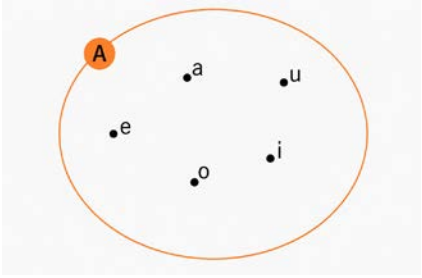
A = {a, e, i, o, u}

▪ **2)** os elementos do conjunto são representados por uma ou mais propriedades que os caracterize.

A = {x | x é vogal do nosso alfabeto}

↳ Este símbolo significa **tal que.**

▪ **3)** os elementos do conjunto são representados por meio de um esquema denominado diagrama de Venn.



- **Relação de pertinência**

Usamos os símbolos ∈ (pertence) e ∉ (não pertence) para relacionar se um elemento faz parte ou não do conjunto.

- **Tipos de Conjuntos**

▪ **Conjunto Universo:** reunião de todos os conjuntos que estamos trabalhando.

▪ **Conjunto Vazio:** é aquele que não possui elementos. Representa-se por ∅ ou, simplesmente { }.

▪ **Conjunto Unitário:** possui apenas um único elemento.

▪ **Conjunto Finito:** quando podemos enumerar todos os seus elementos.

▪ **Conjunto Infinito:** contrário do finito.

- **Relação de inclusão**

É usada para estabelecer relação entre **conjuntos** com **conjuntos**, verificando se um conjunto é subconjunto ou não de outro conjunto. Usamos os seguintes símbolos de inclusão:

⊃ — contém
⊂ — está contido
⊅ — não contém
⊄ — não está contido

- **Igualdade de conjuntos**

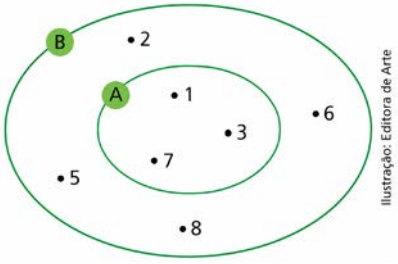
Dois conjuntos A e B são **IGUAIS**, indicamos A = B, quando possuem os mesmos elementos.

Dois conjuntos A e B são **DIFERENTES**, indicamos por A ≠ B, se pelo menos UM dos elementos de um dos conjuntos NÃO pertence ao outro.

- **Subconjuntos**

Quando todos os elementos de um conjunto A são também elementos de um outro conjunto B, dizemos que A é subconjunto de B.

Exemplo: *A = {1,3,7} e B = {1,2,3,5,6,7,8}.*



Os elementos do conjunto A **estão contidos** no conjunto B.

Atenção:

▪ 1) **Todo conjunto A é subconjunto dele próprio**;

▪ 2) O **conjunto vazio**, por convenção, é **subconjunto de qualquer conjunto**;

▪ 3) O conjunto das partes é o conjunto formado por todos os subconjuntos de A.

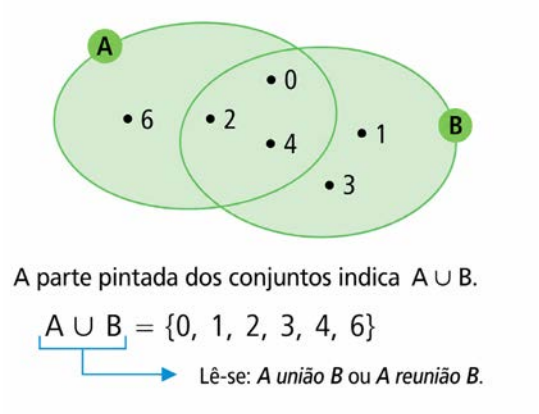
▪ **4) O número de seus subconjuntos é dado por:** 2^n; onde n é o número de elementos desse conjunto.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

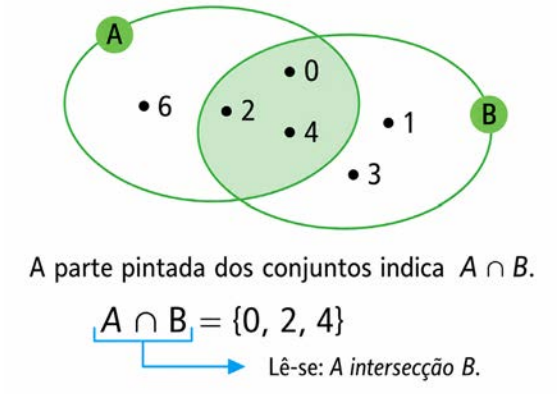
▸ **Operações com Conjuntos**

Tomando os conjuntos: A = {0,2,4,6} e B = {0,1,2,3,4}, como exemplo, vejamos:

▪ **União de conjuntos:** é o conjunto formado por todos os elementos que pertencem a *A* ou a *B*. Representa-se por A ∪ B. Simbolicamente: A ∪ B = {x | x∈ A ou x ∈ B}. Exemplo:



▪ **Intersecção de conjuntos:** é o conjunto formado por todos os elementos que pertencem, simultaneamente, a *A* e a *B*. Representa-se por A ∩ B. Simbolicamente: A ∩ B = {x | x ∈ A e x ∈ B}



Observação: Se A ∩ B = ∅, dizemos que A e B são **conjuntos disjuntos**.

▸ **Propriedades da união e da intersecção de conjuntos**

1ª) Propriedade comutativa:

A ∪ B = B ∪ A (comutativa da união)

A ∩ B = B ∩ A (comutativa da intersecção)

2ª) Propriedade associativa:

(A ∪ B) ∪ C = A ∪ (B ∪ C) (associativa da união)

(A ∩ B) ∩ C = A ∩ (B ∩ C) (associativa da intersecção)

3ª) Propriedade distributiva:

A ∩ (B ∪ C) = (A ∩ B) ∪ (A ∩ C) (distributiva da intersecção em relação à união)

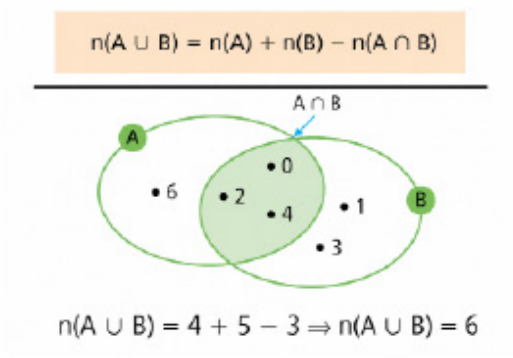
A ∪ (B ∩ C) = (A ∪ B) ∩ (A ∪ C) (distributiva da união em relação à intersecção)

4ª) Propriedade :

Se A ⊂ B, então A U B = B e A ∩ B = A, então A ⊂ B

▸ **Número de Elementos da União e da Intersecção de Conjuntos**

E dado pela fórmula abaixo:



Exemplo:

1. (CÂMARA DE SÃO PAULO/SP – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FCC)

Dos 43 vereadores de uma cidade, 13 dele não se inscreveram nas comissões de Educação, Saúde e Saneamento Básico. Sete dos vereadores se inscreveram nas três comissões citadas. Doze deles se inscreveram apenas nas comissões de Educação e Saúde e oito deles se inscreveram apenas nas comissões de Saúde e Saneamento Básico. Nenhum dos vereadores se inscreveu em apenas uma dessas comissões. O número de vereadores inscritos na comissão de Saneamento Básico é igual a:

(A) 15.
(B) 21.
(C) 18.
(D) 27.
(E) 16.

Resolução:

De acordo com os dados temos:

7 vereadores se inscreveram nas 3.

APENAS 12 se inscreveram em educação e saúde (o 12 não deve ser tirado de 7 como costuma fazer nos conjuntos, pois ele já desconsidera os que se inscreveram nos três)

APENAS 8 se inscreveram em saúde e saneamento básico.

São 30 vereadores que se inscreveram nessas 3 comissões, pois 13 dos 43 não se inscreveram.

Portanto, 30 – 7 – 12 – 8 = 3

Se inscreveram em educação e saneamento 3 vereadores.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

MICROINFORMÁTICA: CONCEITOS, HARDWARE, SOFTWARE, DISPOSITIVOS DE ENTRADA, SAÍDA E ARMAZENAMENTO

A informática é a área relacionada ao tratamento automático da informação por meio de recursos computacionais. Ela envolve computadores, programas, redes, dispositivos digitais e sistemas capazes de receber dados, processá-los, armazená-los e apresentar resultados úteis ao usuário. Em sentido amplo, a informática não está presente apenas em computadores pessoais, mas também em celulares, caixas eletrônicos, sistemas bancários, plataformas educacionais, equipamentos hospitalares, veículos, indústrias e diversos serviços digitais.

Para compreender a informática, é essencial diferenciar dado e informação. Dados são elementos isolados, como números, letras, símbolos ou registros sem interpretação imediata. A informação surge quando esses dados são organizados, processados e analisados dentro de um contexto. Por exemplo, uma lista de notas escolares contém dados; quando o sistema calcula médias, gera relatórios e indica o desempenho dos alunos, esses dados se transformam em informação útil.

▸ Hardware e software

Partes física e lógica do sistema

Todo sistema computacional depende da integração entre hardware e software. O hardware corresponde à parte física do computador, isto é, aos componentes que podem ser tocados, conectados, substituídos ou reparados. Já o software corresponde à parte lógica, formada por programas, sistemas, aplicativos e instruções que orientam o funcionamento da máquina.

A tabela a seguir apresenta uma comparação didática entre esses dois elementos fundamentais.

Aspecto	Hardware	Software
Natureza	Parte física do computador	Parte lógica do computador
Forma de existência	Pode ser tocado e visto fisicamente	Existe como instruções, códigos e programas
Função	Executar operações físicas e permitir interação	Controlar, organizar e orientar o hardware
Exemplos	Monitor, teclado, mouse, processador, memória, HD, SSD e impressora	Sistema operacional, navegador, editor de texto, antivírus e aplicativos
Problemas comuns	Quebra, superaquecimento, mau contato ou desgaste	Travamentos, vírus, incompatibilidade ou erro de atualização

Funcionamento integrado

Hardware e software são complementares. Um computador sem software é apenas um conjunto de peças sem orientação funcional. Da mesma forma, um software sem hardware não possui meio físico para ser executado. Assim, o funcionamento do computador depende da ação conjunta entre componentes materiais e instruções lógicas.

HARDWARE: COMPONENTES FÍSICOS DO COMPUTADOR

▸ Conceito de hardware

Estrutura material do sistema computacional

Hardware é o conjunto de componentes físicos que formam um computador ou dispositivo digital. Ele inclui peças internas, periféricos, placas, cabos, conectores, unidades de armazenamento e equipamentos de comunicação. Diferentemente do software, que corresponde aos programas e instruções, o hardware representa a parte material do sistema, ou seja, aquilo que possui existência física e pode ser instalado, removido, substituído ou reparado.

O hardware é responsável por executar fisicamente as operações solicitadas pelo software. Quando o usuário abre um programa, digita um texto, move o mouse ou imprime um documento, diversos componentes físicos trabalham em conjunto para transformar comandos em resultados visíveis.

▸ Principais grupos de hardware

Classificação conforme a função

A tabela a seguir organiza os principais grupos de hardware, relacionando cada grupo à sua função no funcionamento do computador.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Grupo de hardware	Função principal	Exemplos
Processamento	Executa instruções, cálculos e operações lógicas	Processador e placa de vídeo
Memória	Mantém dados temporários ou instruções essenciais	RAM, ROM e memória cache
Armazenamento	Guarda arquivos, programas e sistema operacional	HD, SSD, pen drive e cartão de memória
Entrada	Permite inserir dados e comandos no computador	Teclado, mouse, scanner, microfone e câmera
Saída	Apresenta resultados ao usuário	Monitor, impressora, caixas de som e projetor
Integração	Conecta e organiza a comunicação entre componentes	Placa-mãe, barramentos, portas e conectores

- **Componentes internos principais**

Processador, placa-mãe, memória e armazenamento

O processador, também chamado de CPU, interpreta e executa instruções. A placa-mãe conecta os componentes internos e permite a comunicação entre processador, memória, armazenamento e periféricos. A memória RAM guarda temporariamente os dados em uso, enquanto HD e SSD armazenam arquivos de forma permanente. O SSD, por não possuir partes mecânicas, costuma ser mais rápido que o HD.

O bom funcionamento do hardware depende de compatibilidade, conservação e refrigeração. Poeira, calor excessivo, quedas de energia e peças incompatíveis podem causar lentidão, travamentos, desligamentos inesperados ou danos físicos.

Software: Programas, Sistemas e Aplicações

- **Conceito de software**

Parte lógica do sistema computacional

Software é o conjunto de programas, comandos e instruções que orientam o funcionamento de um computador ou dispositivo digital. Ele não corresponde a uma peça física, mas à parte lógica responsável por indicar ao hardware o que deve ser feito. É por meio do software que o usuário consegue escrever textos, acessar a internet, editar imagens, assistir a vídeos, jogar, enviar mensagens, organizar arquivos e executar diversas atividades.

O software depende do hardware para ser instalado, armazenado e executado. Ao mesmo tempo, o hardware precisa do software para realizar tarefas úteis. Essa relação mostra que o computador funciona como um sistema integrado: as peças físicas executam as ações, enquanto os programas determinam a lógica dessas ações.

- **Tipos de software**

Classificação conforme a função

Os softwares podem ser classificados de acordo com o papel que desempenham no sistema. Essa classificação ajuda a entender que nem todos os programas têm a mesma finalidade.

Tipo de software	Função	Exemplos
Software de sistema	Controla o funcionamento geral do computador	Sistema operacional, drivers e utilitários
Software aplicativo	Permite ao usuário realizar tarefas específicas	Navegador, editor de texto, planilha, jogos e aplicativos de mensagem
Software de desenvolvimento	Auxilia na criação de outros programas	Linguagens de programação, editores de código e compiladores

- **Sistema operacional, drivers e utilitários**

Programas essenciais ao funcionamento

O sistema operacional é o principal software de sistema. Ele gerencia memória, processador, arquivos, dispositivos, programas e a interação com o usuário. Sem ele, o uso do computador seria limitado e pouco acessível.

Os drivers permitem a comunicação entre o sistema operacional e os componentes de hardware. Uma impressora, uma placa de vídeo ou uma placa de rede pode precisar de driver adequado para funcionar corretamente. Já os utilitários auxiliam na manutenção, proteção e organização do sistema, como antivírus, compactadores, ferramentas de backup e programas de limpeza.

O uso responsável de software exige atenção à origem dos programas, ao licenciamento, à compatibilidade e às atualizações. Programas desatualizados ou baixados de fontes duvidosas podem gerar falhas, vírus e riscos de segurança.

Integração entre Hardware e Software

- **Funcionamento conjunto do sistema**

Como o computador executa tarefas

O computador funciona por meio da integração entre hardware e software. O hardware fornece a estrutura física necessária para executar operações, enquanto o software envia instruções que organizam o uso desses componentes. Quando o usuário abre um navegador, por exemplo, o sistema operacional coordena o processador, a memória RAM, o armazenamento, a placa de rede, o teclado, o mouse e o monitor para que a página seja acessada e exibida corretamente.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE MATO GROSSO

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE MATO GROSSO HISTÓRIA DE MATO GROSSO: PERÍODO COLONIAL OS BANDEIRANTES: ESCRAVIDÃO INDÍGENA E EXPLORAÇÃO DO OURO; A FUNDAÇÃO DE CUIABÁ: TENSÕES POLÍTICAS ENTRE OS FUNDADORES E A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL; A FUNDAÇÃO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE E A CRIAÇÃO DA CAPITANIA DE MATO GROSSO; A ESCRAVIDÃO NEGRA EM MATO GROSSO. PERÍODO IMPERIAL

Entradas sertanistas, captura indígena e descoberta das lavras

O avanço português para o território que viria a constituir Mato Grosso ocorreu sobre espaços habitados e utilizados por diversos povos indígenas. Antes da instalação de vilas coloniais, rios, campos e florestas integravam sistemas próprios de circulação, cultivo, caça, pesca e relações entre comunidades. As expedições procedentes sobretudo de São Paulo não encontraram uma região vazia: procuraram controlar caminhos e pessoas, obter produtos e ampliar a ocupação portuguesa para além dos limites anteriormente convencionados com a Espanha. O bandeirismo combinava objetivos econômicos, violência armada e conhecimento territorial, frequentemente obtido de indígenas incorporados às expedições por coerção ou negociação desigual. A descoberta do ouro modificou as prioridades de muitos sertanistas, mas não eliminou a exploração indígena nem as disputas pelo domínio das terras.

As bandeiras na rede fluvial do Cuiabá

Os rios Cuiabá e Coxipó foram vias decisivas para a penetração sertanista. A movimentação por água dependia da identificação de passagens, locais de desembarque, alimentos disponíveis e trechos navegáveis. A presença anterior de Manuel de Campos Bicudo é associada aos primeiros movimentos paulistas na região, enquanto a bandeira de Pascoal Moreira Cabral se destacou no início do século XVIII. Ao atravessar áreas povoadas, os sertanistas podiam tentar alianças circunstanciais, tomar mantimentos ou impor cativeiro, produzindo enfrentamentos duradouros.

Aprisionamento, confronto e reação dos Coxiponé

A escravização de indígenas era um dos interesses centrais das entradas paulistas. A captura retirava pessoas de suas relações familiares e territoriais, impondo deslocamentos para servir em propriedades, transportes e atividades produtivas. Os Coxiponé, habitantes vinculados à região do Coxipó, aparecem na história da expansão mineradora porque resistiram à ação que subisse o Coxipó em busca de cativos precisava atravessar um espaço socialmente conhecido por seus habitantes, mas desconhecido para muitos invasores. Por isso, o domínio de caminhos e ambientes naturais não pertencia exclusivamente aos portugueses. A violência colonial também afetou outros povos, inclusive Bororo, Paresi e grupos ligados aos cursos dos rios ocidentais, em situações variadas de conflito, deslocamento e contato.

Da busca de cativos à mineração de aluvião

A identificação de ouro nas proximidades de Forquilha, em 1719, introduziu um novo eixo de atração econômica. Ouro de aluvião é o metal encontrado em sedimentos movimentados pela água, frequentemente em cascalhos de leitos e margens de rios. Sua coleta exigia trabalho intenso, instrumentos relativamente simples e constante acesso a água e abastecimento. A mudança de atividade não representou uma passagem instantânea de expedições violentas para uma sociedade organizada. Os mesmos grupos que procuravam indígenas escravizados podiam passar a explorar lavras, negociar alimentos e disputar privilégios sobre os achados. A riqueza mineral dependia de trabalhadores submetidos a diferentes formas de coerção, de comerciantes e de agricultores que sustentassem os núcleos recém-formados.

Forquilha e o ouro descoberto em 1719

Pascoal Moreira Cabral tornou-se figura relevante na organização inicial das minas. O reconhecimento de seus serviços pelos descobridores envolvia a intenção de ordenar a extração, administrar conflitos e garantir legitimidade às ocupações. O arraial de Forquilha, próximo ao Coxipó, não era uma cidade plenamente estruturada: reunia moradias provisórias, áreas de lavra e atividades indispensáveis à sobrevivência. Imagine-se um conjunto de trabalhadores recolhendo cascalho ao lado do rio, enquanto pequenos produtores tentam fornecer farinha, carne e utensílios. Se o ouro obtido é transportado sem fiscalização, a Coroa perde receita; se o abastecimento falha, os moradores abandonam as lavras. Essas circunstâncias explicam por que a mineração produziu, desde cedo, conflitos administrativos e necessidades de organização coletiva.

Monções, abastecimento e instabilidade

As monções constituíam expedições fluviais que ligavam áreas paulistas aos núcleos mineradores do interior por extensos percursos de rios. Não eram viagens simples: implicavam etapas de transbordo, dificuldades de orientação, variação do nível das águas e longos períodos de isolamento. A chegada de ferramentas, tecidos, alimentos e pessoas permitia manter a

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

atividade aurífera. Os custos e riscos do transporte influenciavam os preços locais e ampliavam o peso dos intermediários comerciais. Em períodos de escassez, um objeto comum em regiões litorâneas podia se tornar difícil de obter nas minas. Isso condicionava o consumo e os vínculos de dependência entre moradores e fornecedores.

Canoas, conflitos de circulação e efeitos sobre o território

O funcionamento de um comboio de canoas exigia remadores, pilotos experientes, pontos de parada e organização das cargas. Povos indígenas conheciam as características dos rios e não ocupavam posição uniforme perante essas viagens: alguns estabeleciam trocas, outros resistiam à passagem dos colonizadores, e muitos sofriam pressões para prestar serviços. Os Payaguá, associados à navegação da bacia do Paraguai, participaram de conflitos com as rotas coloniais. A territorialização colonial, portanto, combinou viagens comerciais, mineração, apropriação forçada do trabalho e confrontos pela utilização de lugares previamente ocupados.

Cuiabá entre arraial, vila e governo fiscal

A formação de Cuiabá envolveu momentos distintos de descoberta mineral, concentração populacional e reconhecimento político. O marco de 1719 identifica o núcleo inicial vinculado a Pascoal Moreira Cabral; a expansão das lavras intensificou-se com os achados associados a Miguel Sutil, em 1722; e a elevação a vila ocorreu em 1727. Esses acontecimentos não são equivalentes. Descobrir ouro, estabelecer um arraial e instalar instituições municipais correspondem a processos com atores e consequências diferentes. A população atraída pelas minas passou a conviver com mecanismos de tributação, autoridades nomeadas pela Coroa e tensões entre interesses dos antigos descobridores e a centralização administrativa portuguesa.

- **Do núcleo de Forquilha às lavras do Sutil**

O povoamento inicialmente concentrado na área do Coxipó deslocou parte de suas atividades para o entorno do córrego da Prainha, onde se difundiram os achados de ouro ligados a Miguel Sutil. O deslocamento dos mineradores levou à abertura de caminhos, à instalação de casas e ao crescimento de pequenos estabelecimentos comerciais. A configuração urbana era condicionada pelos lugares de extração, pela necessidade de água e pela articulação com o rio Cuiabá. A mineração também atraía comerciantes e trabalhadores que não retiravam ouro diretamente, mas dependiam da circulação monetária e das demandas dos garimpos. A formação de um núcleo urbano foi, assim, resultado de relações entre lavras e serviços, não de uma decisão administrativa isolada.

Fundação, povoamento e elevação à categoria de vila

A data de 8 de abril de 1719 é reconhecida como marco da fundação de Cuiabá, associada ao registro de Pascoal Moreira Cabral. Em 1727, com a atuação de Rodrigo César de Menezes, o povoado tornou-se a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. A condição de vila significava a instalação de instituições locais e o reconhecimento mais explícito da jurisdição portuguesa. Quando se observa a mudança entre Forquilha e Prainha, percebe-se que a trajetória de Cuiabá não depende de um único ponto fixo: o assentamento acompanhou a dinâmica das lavras e depois passou a receber ordenação administrativa mais estável. A distinção ajuda a compreender por que os registros históricos podem enfatizar ora o descobrimento, ora a organização municipal.

- **Descobridores, autoridades e arrecadação**

Os chefes de bandeira buscavam reconhecimento e participação no comando local por terem aberto caminhos e encontrado jazidas. A Coroa portuguesa, por sua vez, pretendia afirmar que a riqueza subterrânea integrava seus direitos fiscais e políticos. O quinto, tributo associado à extração do ouro, era parte importante dessa relação. A presença de autoridades designadas para fiscalizar lavras e mercadorias restringia a autonomia dos pioneiros e alterava a distribuição dos ganhos. A cobrança de impostos sobre operações econômicas podia estimular descontentamento e deslocamentos para novas regiões. A tensão não era uma disputa entre independência nacional e domínio estrangeiro, mas um conflito dentro da própria ordem colonial sobre quem decidiria, cobraria e obteria vantagens da mineração.

Rodrigo César de Menezes e a Câmara da Vila Real

A chegada de Rodrigo César de Menezes, governador da Capitania de São Paulo, fortaleceu a intervenção metropolitana nas minas cuiabanas. Com a elevação a vila, a Câmara passou a integrar a organização do poder local, exercendo funções ligadas à gestão cotidiana, à regulação de atividades e à representação de interesses dos moradores influentes. Isso não significava participação política igualitária: mulheres, pessoas escravizadas e amplas parcelas da população não tinham o mesmo acesso aos cargos. Os interesses das autoridades régias e das elites locais podiam convergir na arrecadação e na segurança, mas divergir diante de taxas, privilégios e controle de decisões. A comparação abaixo distingue personagens cujas ações muitas vezes são agrupadas sob uma única ideia de fundação.

Personagem	Atuação central	Relação com o espaço	Vínculo com o poder colonial
Pascoal Moreira Cabral	Organização inicial das descobertas auríferas	Arraial de Forquilha e região do Coxipó	Busca de reconhecimento pelos serviços de descoberta
Miguel Sutil	Associação aos achados auríferos de 1722	Lavras da Prainha e crescimento do povoado	Participação na expansão econômica da região mineradora

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE ÉTICA E FILOSOFIA

FUNDAMENTOS DA FILOSOFIA

O NASCIMENTO DA INVESTIGAÇÃO FILOSÓFICA

O pensamento filosófico começa quando uma experiência aparentemente familiar deixa de ser aceita como evidente. Perguntar pela origem das coisas, pelas razões de uma conduta ou pelo significado de uma palavra implica reconhecer que a primeira resposta disponível talvez não seja suficiente. Essa atitude não depende de possuir conhecimentos especializados: depende de transformar a surpresa em investigação, examinar justificações e admitir a possibilidade de corrigir uma convicção.

- **Da experiência de estranhamento à pergunta**

O estranhamento filosófico não é simples perplexidade diante do desconhecido. Ele ocorre também quando hábitos comuns revelam questões profundas. A afirmação de que uma decisão foi justa, por exemplo, suscita perguntas acerca da igualdade entre as pessoas, da pertinência dos critérios adotados e da diferença entre agir conforme uma regra e agir corretamente. Uma situação concreta pode, assim, abrir problemas de alcance geral.

Admirar não é apenas surpreender-se

A admiração pode estimular curiosidade passageira, mas adquire alcance filosófico quando conduz à busca persistente de razões. Diante de um eclipse, comerciantes de uma cidade antiga poderiam sentir medo, interpretar o acontecimento por tradições recebidas ou investigar sua ocorrência como fenômeno natural. As respostas expressariam maneiras diferentes de relacionar experiência e explicação. A reflexão filosófica pergunta ainda por que determinada interpretação merece confiança, quais pressupostos sustenta e que argumentos a tornam aceitável. Não basta trocar uma narrativa por outra: importa compreender os critérios empregados para considerar uma afirmação verdadeira. Nesse sentido, o espanto inaugura uma atividade intelectual disciplinada, capaz de transformar uma ocorrência particular em problemas sobre causalidade, conhecimento e crença.

O problema antes da resposta

Uma pergunta bem delimitada organiza aquilo que poderá contar como resposta pertinente. Indagar se uma autoridade tomou a melhor decisão exige esclarecer o sentido de melhor: maior rapidez, menor custo, distribuição equitativa ou proteção dos envolvidos. Sem essa distinção, pessoas podem discutir longamente enquanto respondem a problemas diferentes. A formulação filosófica identifica alternativas, verifica se os termos são usados de modo consistente e explicita o que permanece controverso. Ela também distingue questões que podem ser resolvidas por observação, como a duração de um evento, daquelas que exigem discussão conceitual, como a legitimidade de uma obrigação. Essa separação não estabelece superioridade de uma forma de conhecimento sobre outra; mostra que diferentes perguntas demandam procedimentos adequados.

- **Narrativas tradicionais e explicações argumentadas**

Os seres humanos elaboram sentidos para sua existência por meio de histórias, imagens, crenças e reflexões. A passagem histórica para formas sistemáticas de argumentação não elimina as tradições anteriores. Ela introduz uma exigência própria: submeter certas afirmações à discussão pública e buscar razões que possam ser examinadas por interlocutores com experiências distintas.

Mito como linguagem cultural

As narrativas míticas organizam experiências coletivas, explicam origens, estabelecem vínculos entre gerações e expressam valores. Seu significado não se reduz a erro factual, pois um relato pode desempenhar funções simbólicas e orientar práticas culturais sem pretender funcionar como descrição científica. Interpretar um mito como manifestação da imaginação social é diferente de tratá-lo como hipótese empírica. Essa distinção permite reconhecer sua importância sem confundir funções expressivas, normativas e explicativas. Quando uma comunidade associa um fenômeno celeste a determinada narrativa, a investigação filosófica pode perguntar tanto pelo sentido cultural dessa associação quanto pela natureza da afirmação que está sendo feita sobre o mundo.

Investigação racional e debate grego

Na Grécia antiga, diferentes pensadores passaram a propor explicações argumentadas para a natureza, a mudança e a vida humana. Tales de Mileto está associado à busca de princípios naturais; Sócrates tornou o exame dialogado de conceitos morais uma marca de sua atividade; Platão e Aristóteles desenvolveram investigações abrangentes sobre realidade e conhecimento. Não se tratou de uma substituição instantânea de todo pensamento mítico por um raciocínio uniforme. Houve convivência, tensões e transformações graduais entre tradições. O elemento decisivo para caracterizar a atividade filosófica é a exposição das ideias à crítica, com argumentos passíveis de contestação e aperfeiçoamento.

As diferenças entre formas de explicação tornam-se mais claras quando se observam suas finalidades predominantes e os tipos de justificativa utilizados.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Forma de explicação	Finalidade predominante	Base de sustentação	Possibilidade de revisão
Narrativa mítica	Expressar sentidos e origens coletivas	Tradição simbólica e pertencimento	Reinterpretação cultural
Investigação filosófica	Esclarecer conceitos e fundamentos	Argumentos e exame de pressupostos	Objeções e reformulação racional
Investigação científica	Explicar processos observáveis	Evidências e procedimentos controláveis	Testes e novas observações

A comparaçã
o não estabelece fronteiras absolutamente impermeáveis. Um cientista precisa refletir sobre conceitos e inferências, enquanto um filósofo pode considerar dados empíricos relevantes. O cuidado está em não exigir de uma narrativa simbólica o mesmo que se exige de uma medição, nem imaginar que uma medição determine por si só o sentido moral de uma escolha. Cada empreendimento tem perguntas próprias e pode dialogar com os demais.

Problemas centrais do pensamento filosófico

A atividade filosófica abrange perguntas relativas ao que existe, ao modo como conhecemos, à organização da convivência e ao valor das ações humanas. Essas questões atravessam situações concretas, mas não se esgotam nelas. O alcance de um problema filosófico decorre da possibilidade de investigar princípios que permanecem relevantes mesmo quando mudam os objetos e as circunstâncias inicialmente considerados.

▸ Ser, mudança e identidade

A reflexão sobre a realidade examina o que significa dizer que algo existe e permanece o mesmo. Objetos podem mudar de forma, função ou composição; pessoas alteram hábitos e opiniões; instituições modificam procedimentos. Diante dessas transformações, surgem dificuldades para determinar quais características são essenciais e quais podem variar sem destruir uma identidade.

A persistência de um objeto transformado

Considere um barco restaurado ao longo de muitos anos. Suas tábuas são substituídas gradualmente, o casco recebe novas peças e, ao final, nenhum componente original permanece. Ainda seria o mesmo barco? Uma resposta pode privilegiar a continuidade histórica de uso; outra, a permanência da matéria; outra, a função e a organização de suas partes. O desacordo demonstra que identidade não é sempre uma propriedade imediatamente reconhecida pelos sentidos. Pode depender de critérios, e esses critérios variam conforme a finalidade da identificação. No registro de um patrimônio histórico, a procedência das peças importa de modo especial; no transporte cotidiano, condições de funcionamento e segurança podem ganhar maior peso. A análise filosófica torna explícitas essas escolhas conceituais.

A realidade para além da aparência

Perceber algo não equivale necessariamente a compreendê-lo como ele é. Uma superfície metálica pode parecer quebrada quando refletida na água, embora não esteja fisicamente deformada. Esse exemplo simples conduz à distinção entre aparência sensível e características do objeto. Parmênides e Heráclito, no pensamento grego, exemplificam perspectivas distintas sobre permanência e transformação; a tradição posterior desenvolveu múltiplas respostas para a relação entre mudança e ser. Nenhuma dessas questões se encerra afirmando que os sentidos sempre enganam. As percepções fornecem informações indispensáveis, mas podem exigir correção, comparação e interpretação. A investigação pergunta como organizar experiências variadas em uma compreensão coerente da realidade.

▸ Conhecer, justificar e duvidar

Nem toda crença verdadeira é sustentada por boas razões. Uma pessoa pode acertar por acaso, repetir informação confiável sem entender seu fundamento ou estar convencida de algo que não corresponde aos fatos. A teoria do conhecimento examina justamente as relações entre acreditar, justificar e conhecer.

Crença e justificação

Suponha que alguém afirme ter visto um fenômeno raro no céu. O relato envolve percepção e convicção pessoal, mas sua avaliação pode depender de condições de iluminação, registros independentes e interpretações alternativas. A filosofia pergunta em que momento uma crença passa a ser racionalmente justificada e quais limites cercam o testemunho. Há diferença entre desconfiar de todo relato e exigir razões proporcionais à relevância da afirmação. Também é necessário reconhecer que boa parte do conhecimento cotidiano depende da confiança em outras pessoas e em procedimentos coletivos. A tarefa filosófica não consiste em eliminar essa dependência, e sim em compreender quando ela é razoável.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

RELAÇÕES INTERPESSOAIS

RELAÇÕES HUMANAS/INTERPESSOAL

Fundamentos da convivência e da interação humana

A vida coletiva se forma por encontros reiterados em que cada pessoa interpreta comportamentos, apresenta necessidades e ajusta suas ações às dos demais. A convivência não depende apenas de simpatia: envolve expectativas sobre horários, compromissos, formas de tratamento e uso de recursos comuns. Mesmo uma interação breve, como pedir informação a um funcionário de um centro cultural, contém papéis reconhecíveis, um objetivo imediato e a possibilidade de entendimento ou desencontro. Os vínculos se tornam mais estáveis quando as pessoas percebem consistência entre o que foi comunicado e o que efetivamente acontece. Em ambientes de convivência prolongada, pequenos episódios acumulam significado e influenciam a disposição para futuros contatos.

- **Interdependência e construção dos vínculos**

Uma relação humana é uma ligação construída por interações nas quais a conduta de uma pessoa produz consequências para outra. Há relações familiares, comunitárias, profissionais, de vizinhança e de atendimento, cada qual marcada por graus diferentes de proximidade, escolha e responsabilidade. Na equipe de um centro cultural, por exemplo, a alteração do uso de uma sala interfere na oficina, no serviço de limpeza e no trabalho de quem recebe visitantes. Os envolvidos não precisam ter amizade para agir com consideração recíproca. Precisam, entretanto, reconhecer que suas decisões alcançam outras pessoas. Quando essa interdependência fica invisível, surgem cobranças inesperadas e avaliações injustas sobre o comportamento alheio.

Reciprocidade, papéis e expectativas

Reciprocidade não significa que todas as pessoas devam oferecer exatamente o mesmo tipo de ajuda. Significa reconhecer obrigações compatíveis com os papéis assumidos e responder de maneira proporcional às necessidades da situação. Quem administra reservas precisa informar alterações; quem utiliza a sala deve respeitar as condições acordadas; quem é afetado por uma mudança tem legitimidade para solicitar esclarecimentos. A expectativa torna-se problemática quando permanece implícita: uma pessoa considera evidente que outra avisará sobre o atraso, enquanto a segunda acredita que bastará chegar e explicar. Tornar os compromissos expressos reduz a distância entre intenções e efeitos. Também evita confundir cordialidade com ausência de limites: uma resposta respeitosa pode incluir uma recusa fundamentada.

A qualidade do vínculo depende ainda da história das interações. Uma falha isolada, acompanhada de reconhecimento e reparação, costuma adquirir significado diferente de uma sequência de promessas não cumpridas. A confiança se desenvolve quando há previsibilidade suficiente para que as pessoas coordenem suas ações, mas não exige concordância sobre todos os assuntos. Na prática, a convivência exige margem para negociar prioridades e corrigir interpretações. Desentendimentos não indicam necessariamente incapacidade de conviver; podem revelar que os papéis, os recursos ou os limites do acordo foram definidos de forma incompleta.

- **Percepções, necessidades e padrões de convivência**

A interpretação de um comportamento é influenciada por hábitos, experiências anteriores e condições do momento. O silêncio de um colega pode expressar concentração, desconforto, cansaço ou simples preferência por falar pouco. Atribuir-lhe automaticamente desinteresse transforma uma observação em julgamento. O mesmo ocorre em uma moradia compartilhada quando moradores associam uma bancada desorganizada a falta de respeito, embora nunca tenham combinado qual padrão de limpeza utilizar. Há um fato observável, mas o significado atribuído a ele depende de referências distintas. A convivência melhora quando se distingue o que ocorreu da explicação imaginada para o ocorrido.

Interpretações distintas de um comportamento

No exemplo da cozinha comunitária, uma moradora limpa imediatamente os utensílios e outra os organiza para lavar ao final da refeição. A divergência pode crescer se uma disser que a outra é descuidada e receber como resposta que está sendo controladora. O problema deixa de ser o estado da pia e passa a envolver a identidade das pessoas. Uma abordagem mais produtiva descreve a situação concreta, explica seus efeitos e propõe uma regra viável para ambas: liberar a área de preparo em determinado momento ou dividir tarefas de forma previsível. A negociação alcança melhor resultado quando as necessidades são nomeadas sem serem tratadas como defeitos de caráter.

Na história da administração, a Escola das Relações Humanas valorizou o papel dos vínculos e dos grupos informais no trabalho. Elton Mayo é associado a essa corrente e às investigações de Hawthorne, que contribuíram para ampliar a atenção às dimensões sociais das organizações. Esse marco não autoriza concluir que cordialidade, isoladamente, garanta bons resultados: recursos, condições materiais e responsabilidades continuam relevantes. Convém, portanto, distinguir cordialidade, intimidade e cooperação funcional. A primeira se mostra no

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

trato respeitoso; a segunda, no compartilhamento voluntário de aspectos pessoais; a terceira, na articulação de condutas para uma finalidade. Uma pessoa reservada pode colaborar plenamente sem oferecer proximidade emocional, enquanto dois amigos talvez precisem de regras explícitas para realizar uma tarefa conjunta.

Comunicação e produção de entendimento

Comunicar envolve sinais interpretados por outra pessoa em um contexto próprio e com informações por vezes incompletas. Uma mensagem pode ser gramaticalmente clara e ainda assim gerar consequências indesejadas por não indicar prazo, destinatário ou providência esperada. Na organização de serviços, falhas de comunicação frequentemente se manifestam como retrabalho: alguém age com base em uma versão antiga de um combinado, enquanto outros imaginam que a mudança já era conhecida. O entendimento requer atenção simultânea ao conteúdo, ao canal utilizado, às condições de recepção e à possibilidade de conferir o sentido atribuído à mensagem.

- **Mensagens verbais e sinais não verbais**

A expressão verbal utiliza palavras faladas ou escritas; a não verbal compreende gestos, postura, ritmo de fala, expressão facial e outros sinais que acompanham a interação. Esses elementos podem reforçar uma orientação ou criar ambiguidade. Um aviso de mudança de horário transmitido ao telefone, por exemplo, depende da clareza da informação e das condições de escuta. Se a ligação ocorre em lugar ruidoso, a pessoa pode registrar o dia corretamente e compreender a hora de modo equivocado. Já uma expressão facial que parece impaciente pode ter causas alheias à conversa. Por isso, nenhum gesto isolado constitui evidência suficiente para determinar a intenção de alguém.

Ruído, contexto e interpretação

Ruído é qualquer interferência que prejudique a compreensão da mensagem, e não apenas um som externo. Há ruídos físicos, como uma conexão instável; semânticos, quando uma palavra possui sentidos diferentes; e contextuais, quando o destinatário desconhece uma informação que o emissor considerou óbvia. Ao comunicar uma alteração de funcionamento, especificar local, data, horário e público afetado reduz margem para equívoco. Quando a mensagem produz obrigação duradoura, um registro escrito acessível ajuda a consultar o acordo posteriormente. Entretanto, escrever não substitui a necessidade de esclarecer dúvidas, especialmente quando o vocabulário empregado é técnico ou desconhecido dos participantes.

Os meios de contato têm potencialidades e limitações diferentes. A escolha deve levar em conta urgência, complexidade do assunto, necessidade de registro e possibilidade de interação imediata. A comparação evidencia por que uma mesma orientação pode exigir mais de um recurso comunicativo.

Meio de comunicação	Potencial principal	Limitação frequente	Cuidado concreto
Conversa presencial	Permite perguntas e ajuste imediato da mensagem	Pode não deixar registro duradouro	Confirmar decisões e responsáveis ao encerrar
Ligação telefônica	Facilita esclarecimento rápido à distância	Informações detalhadas podem ser esquecidas	Repetir dados essenciais e registrar o combinado
Mensagem escrita	Preserva instruções e facilita consulta posterior	Tom e intenção podem ser mal interpretados	Indicar contexto, ação requerida e prazo

A conversa presencial é vantajosa para assuntos delicados, mas não garante compreensão por si só. A comunicação escrita contribui para a continuidade do trabalho quando pessoas atuam em turnos distintos, desde que o texto seja suficiente para orientar a ação. Já o telefone pode resolver urgências sem produzir um histórico completo. Unir esclarecimento oral e confirmação escrita ajuda a evitar que orientações provisórias sejam confundidas com decisões definitivas.

- **Escuta, devolutiva e pactuação**

Escutar ativamente exige acompanhar o conteúdo, identificar pontos insuficientemente definidos e abrir espaço para correções. Isso não se confunde com concordar de imediato nem com permanecer em silêncio enquanto se prepara uma resposta. Na equipe de um arquivo, a transferência de pastas sem identificação pode gerar acusações entre quem envia e quem recebe documentos. Antes de concluir que alguém foi negligente, os profissionais precisam estabelecer quais informações deveriam acompanhar cada remessa, em que momento a conferência ocorreria e quem registraria uma divergência. A conversa produtiva desloca o foco da intenção presumida para o processo verificável.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONCEITOS, ELEMENTOS, ORGANIZAÇÃO E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Estado, Governo e Administração Pública: noções fundamentais

- **Conceito de Estado**

Estrutura política, jurídica e territorial

O Estado é a organização política e jurídica formada para ordenar a vida em sociedade, exercer autoridade sobre determinado território e buscar a realização do interesse público. No Direito Administrativo, o Estado é compreendido como pessoa jurídica de Direito Público, capaz de adquirir direitos, assumir obrigações, prestar serviços, editar normas, exercer poderes e responder por seus atos.

O Estado não se confunde com Governo nem com Administração Pública. Ele é a estrutura permanente. O Governo corresponde à direção política temporária dessa estrutura. A Administração Pública é o conjunto de órgãos, entidades e agentes que executam concretamente as atividades administrativas.

- **Elementos constitutivos do Estado**

Povo, território e soberania

Tradicionalmente, o Estado é formado por três elementos essenciais: povo, território e soberania. O povo representa o elemento humano, isto é, o conjunto de pessoas vinculadas juridicamente ao Estado. O território é o espaço físico sobre o qual o Estado exerce sua autoridade. A soberania é o poder de autodeterminação, que permite ao Estado organizar-se internamente e relacionar-se externamente com independência.

Elemento	Significado
Povo	Conjunto de pessoas vinculadas ao Estado
Território	Espaço onde o Estado exerce sua autoridade
Soberania	Poder de autodeterminação política e jurídica

- **Finalidade do Estado**

Realização do interesse público

A finalidade do Estado é promover o bem comum, organizar a convivência social, garantir direitos, manter a ordem jurídica e prestar atividades necessárias à coletividade. Para isso, utiliza o Governo como centro de direção política e a Administração Pública como instrumento de execução prática das decisões estatais.

Governo: conceito, função política e direção do Estado

- **Conceito de Governo**

Comando político do Estado

Governo é o conjunto de órgãos e agentes responsáveis pela direção política do Estado. Ele define prioridades, estabelece programas, conduz políticas públicas e orienta a atuação estatal conforme o projeto político escolhido legitimamente. Enquanto o Estado é permanente, o Governo é temporário, pois muda conforme eleições, mandatos e alternância de poder.

O Governo exerce função política, ligada às grandes escolhas estatais, como definição de políticas econômicas, sociais, educacionais, sanitárias e administrativas. A Administração Pública, por sua vez, executa essas decisões de modo técnico, jurídico e contínuo, obedecendo à lei e aos princípios administrativos.

- **Governo e Administração Pública**

Direção política e execução administrativa

A distinção entre Governo e Administração Pública é essencial. O Governo decide os rumos políticos do Estado; a Administração executa, concretiza e operacionaliza essas decisões. Assim, políticas públicas podem nascer de escolhas governamentais, mas sua execução depende da estrutura administrativa.

Elemento	Característica principal
Estado	**Estrutura jurídica e política permanente**
Governo	**Direção política temporária**
Administração Pública	**Execução técnica e administrativa das funções públicas**

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

- **Formas de organização política**

Formas de governo, sistemas de governo e formas de Estado

As formas de governo indicam como ocorre a relação entre governantes e governados, destacando-se república e monarquia. Os sistemas de governo tratam da relação entre os Poderes Executivo e Legislativo, como presidencialismo e parlamentarismo. Já as formas de Estado indicam a organização territorial do poder, como Estado unitário e federação.

No Brasil, adota-se a forma republicana de governo, o sistema presidencialista e a forma federativa de Estado. Essa estrutura influencia diretamente a organização administrativa, pois distribui competências entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Administração Pública: sentidos, funções e organização

- **Sentidos da Administração Pública**

Sentido subjetivo e sentido objetivo

A Administração Pública pode ser compreendida em dois sentidos principais. Em sentido subjetivo, orgânico ou formal, representa o conjunto de órgãos, entidades e agentes responsáveis pelo exercício da função administrativa. Nesse caso, observa-se quem atua: ministérios, secretarias, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e servidores públicos.

Em sentido objetivo, material ou funcional, Administração Pública significa a própria atividade administrativa. Nesse enfoque, não se analisa quem executa, mas o que é executado: prestação de serviços públicos, exercício do poder de polícia, fomento, intervenção administrativa, fiscalização e gestão de bens e interesses públicos.

Sentido	Foco principal	Exemplo
Subjetivo	Quem exerce a função administrativa	Órgãos, entidades e agentes
Objetivo	Qual atividade é exercida	Serviço público, fiscalização e fomento

- **Função administrativa**

Execução concreta do interesse público

A função administrativa consiste na atividade concreta, direta e contínua desenvolvida pelo Estado para atender às necessidades coletivas. Ela se diferencia da função legislativa, que cria normas gerais, e da função jurisdicional, que resolve conflitos com definitividade. A Administração Pública atua executando a lei, prestando serviços, organizando estruturas, controlando atividades privadas e protegendo o patrimônio público.

- **Organização administrativa**

Administração direta e indireta

A Administração direta é formada pelos entes políticos: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Dentro deles existem órgãos públicos, sem personalidade jurídica própria, responsáveis pela execução de competências internas.

A Administração indireta é formada por entidades com personalidade jurídica própria, criadas ou autorizadas para desempenhar atividades específicas. Inclui autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. Essa divisão permite distribuir tarefas, especializar funções e tornar a atuação administrativa mais eficiente.

Princípios da Administração Pública

- **Importância dos princípios administrativos**

Base de validade da atuação estatal

Os princípios da Administração Pública orientam, limitam e controlam a atuação administrativa. Eles servem como critérios de interpretação das leis, fundamento de validade dos atos administrativos e parâmetro para verificar se a conduta do agente público respeita o interesse público. Mesmo quando a Administração possui certa margem de escolha, essa liberdade deve ser exercida conforme os princípios administrativos.

- **Princípios expressos**

Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

Os princípios expressos são aqueles previstos de forma direta no texto constitucional. Eles formam a base mínima obrigatória da atuação administrativa e devem ser observados por todos os Poderes, órgãos, entidades e agentes no exercício da função administrativa.

Princípio	Ideia central
Legalidade	A Administração só pode agir conforme o Direito
Impessoalidade	A atuação deve buscar finalidade pública, sem favorecimentos
Moralidade	O ato deve respeitar ética, probidade e boa-fé
Publicidade	Os atos devem ser transparentes, salvo sigilo legítimo
Eficiência	A atuação deve buscar qualidade, resultado e boa gestão

- **Princípios implícitos**

Controle, equilíbrio e proteção do interesse público

Além dos princípios expressos, existem princípios implícitos igualmente obrigatórios. A supremacia do interesse público justifica prerrogativas administrativas quando necessárias à coletividade. A indisponibilidade do interesse público impede que o gestor trate bens, direitos e poderes públicos como interesses

apostilas opção

GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

